



1 Às nove horas do dia onze de junho de dois mil e quinze, na sede do Tribunal de Contas dos  
2 Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes",  
3 sob a Presidência do Conselheiro **CEZAR COLARES**; presentes os Conselheiros, **JOSÉ CARLOS**  
4 **ARAÚJO, DANIEL LAVAREDA, MARA LÚCIA, ANTÔNIO JOSÉ e SÉRGIO LEÃO**; e do  
5 Conselheiro substituto **SÉRGIO DANTAS**, convocado nos termos da Portaria nº 0668/2015;  
6 ausência justificada do Conselheiro **ALOÍSIO CHAVES**; presença da Procuradora do Ministério  
7 Público de Contas junto ao TCM-PA, **MARIA INEZ GUEIROS**; reuniu-se o Egrégio Colegiado do  
8 Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do  
9 Artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão,  
10 momento em que assim se manifestou: *"havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai,*  
11 *Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e*  
12 *sabedoria"*. Convocado o Auditor Sérgio Dantas para apresentar proposta de Decisão no processo de  
13 nº 21 da pauta, nos termos do inciso II, Artigo 72 do RI/TCM/Pa. Em sequência, apresentada a  
14 **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos: **Processo nº**  
15 **200012005-00; Prefeitura Municipal de Cachoeira do Arari**; Prestação de Contas – 2005;  
16 Responsável: Jaime da Silva Barbosa; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora  
17 Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº**  
18 **32.900, de 08.06.2015**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
19 posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das  
20 contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A  
21 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer  
22 prévio pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério  
23 Público Estadual. **Por maioria**: aplicação de multas (Resolução nº 11.915). Presidência do  
24 Conselheiro Cezar Colares. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão das multas.  
25 Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 230012008-**  
26 **00; Prefeitura Municipal de Capitão Poço**; Prestação de Contas – 2008 - Contas de Governo;  
27 Responsável: Manoel Aladir Siqueira; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora  
28 Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 32.900, de**  
29 **08.06.2015**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento  
30 dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas. A matéria  
31 foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a  
32 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela irregularidade  
33 das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Resolução nº  
34 11.916). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro  
35 José Carlos Araújo e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 230012008-00; Prefeitura**  
36 **Municipal de Capitão Poço**; Prestação de Contas – 2008 - Contas de Gestão; Responsável:  
37 Manoel Aladir Siqueira; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez  
38 Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 32.900, de 08.06.2015**.  
39 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e  
40 manifestou-se pela irregularidade das contas, com aplicação de multas, e encaminhamento de cópia





dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com aplicação de multa, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 26.698). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Cezar Colares.

**Processo nº 910012013-00; Prefeitura Municipal de Curionópolis; Prestação de Contas – 2013 - Contas de Governo; Responsável: Wenderson Azevedo Chamon; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.900, de 08.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela regularidade das contas (Resolução nº 11.917) Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Cezar Colares.

**Processo nº 910012013-00; Prefeitura Municipal de Curionópolis; Prestação de Contas – 2013 - Contas de Gestão; Responsável: Wenderson Azevedo Chamon; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.900, de 08.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalva, e aplicação de multa (Resolução nº 26.939). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Cezar Colares.

**Processo nº 80022005-00; Câmara Municipal de Ananindeua; Prestação de Contas – 2005; Responsável: Eliel Pereira Faustino Filho; Instrução: Auditor Leonardo Macieira e 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.900, de 08.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalva, e aplicação de multa. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas (Resolução nº 26.940). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Cezar Colares.

**Processo nº 203982005-00; Fundo Municipal de Saúde de Cachoeira do Arari; Prestação de Contas – 2005; Responsável: Socorro de Fátima F. Athar de Oliveira; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.900, de 08.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual.





81 **Por maioria:** com aplicação de multas (Resolução nº 26.941). Presidência do Conselheiro Sérgio  
82 Leão. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão das multas. Ausência, por ocasião da  
83 votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº**  
84 **249272013-00; Fundação Cultural do Município de Castanhal;** Prestação de Contas – 2013;  
85 Responsável: Paulo Sérgio Rodrigues Titan; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público:  
86 Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no**  
87 **DOE nº 32.900, de 08.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou  
88 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalva, e  
89 aplicação de multa. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu  
90 **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela regularidade  
91 das contas, com ressalva, e aplicação de multas (Resolução nº 26.942). Presidência do Conselheiro  
92 Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro  
93 Cezar Colares. **Processo nº 424252011-00; Fundação Casa da Cultura de Marabá;** Prestação  
94 de Contas – 2011; Responsável: Noé Carlos Barbosa Von Atzingen; Instrução: 5ª Controladoria;  
95 Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda;  
96 **Publicado no DOE nº 32.900, de 08.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
97 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A  
98 matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência  
99 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela regularidade das contas (Acórdão  
100 nº 26.943). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, do  
101 Conselheiro Antonio José, da Conselheira Mara Lúcia, e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº**  
102 **914002013-00; Fundo Municipal de Saúde de Curionópolis;** Prestação de Contas – 2013;  
103 Responsável: Elizeth Rodrigues Almeida Abreu; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público:  
104 Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães;  
105 **Publicado no DOE nº 32.900, de 08.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério  
106 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A  
107 matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência  
108 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela regularidade das contas, com  
109 ressalva, e aplicação de multa (Acórdão nº 26.944). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão.  
110 Ausência, por ocasião da votação, da Conselheira Mara Lúcia, do Conselheiro Antonio José, e do  
111 Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 630062009-00; Fundo Municipal de Assistência**  
112 **Social de Rio Maria;** Prestação de Contas – 2009; Responsável: Coraci da Cruz Silva (Período de  
113 01.01 a 31.08.2009) e Neusa Maria Silva Ferreira (Período de 01.09 a 31.12.2009); Instrução: 6ª  
114 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro  
115 Substituto Sérgio Dantas (Redistribuído Conselheiro Aloísio Chaves); **Publicado no DOE nº**  
116 **32.900, de 08.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
117 posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalva, de Coraci da  
118 Cruz Silva, e pela regularidade das contas de Neusa Maria Silva Ferreira. A matéria foi colocada **em**  
119 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O  
120 Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela regularidade das contas de Coraci da Cruz Silva, com





ressalva, e aplicação de multa, e pela regularidade das contas de Neusa Maria Silva Ferreira. (Acórdão nº 26.945). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 632042010-00; Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rio Maria; Prestação de Contas - 2010; Responsável: Coraci da Cruz Silva; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Dantas (Redistribuído Conselheiro Aloísio Chaves); Publicado no DOE nº 32.900, de 08.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalva, e aplicação de multa. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalva, e aplicação de multa. (Acórdão nº 26.946). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 423972011-00; Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá - IPASEMAR; Prestação de Contas - 2011; Responsável: Karam El Hajjar; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.900, de 08.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas (Acórdão nº 26.947). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 718002010-00; Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Santarém; Prestação de Contas - 2010; Responsável: Marcelo Brandão Corrêa; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 32.900, de 08.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com aplicação de multas, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 26.948). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201309195-00; IPAMB/PMB; Consulta - 2013; Interessado: Erick Nelo Pedreira; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.900, de 08.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental o Conselheiro Daniel Lavareda procedeu a leitura do Relatório. A matéria foi colocada **em discussão**. Em seguida, o Conselheiro Relator apresentou sua proposta de Resolução com a resposta a consulta para deliberação Plenária. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu aprovar a Resolução apresentada (Resolução nº 11.918). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201508116-00; Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás; Consulta; Interessada: Cleudenice B. de Macedo; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 32.900, de 08.06.2015.** Cumprindo





dispositivo regimental a Conselheira Mara Lúcia procedeu a leitura do Relatório. A matéria foi colocada **em discussão**. Em seguida, a Conselheira Relatora apresentou sua proposta de Resolução com a resposta a Consulta para deliberação Plenária. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu aprovar a Resolução apresentada (Resolução nº 11.919). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 200919089-00; Câmara Municipal de Belém; Denúncia – 2007; Denunciante: Carlos Augusto Barbosa; Denunciado: Duciomar Costa, Locavel Serviços Ltda, Alucar Locadora de Veículos Ltda; Instrução: 5ª Controladoria; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.900, de 08.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental o Ministério Público pediu a palavra e assim manifestou-se: *'Versam os autos sobre consulta realizada pelo presidente do Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém - IPAMB, Sr. Erick Nelo Pedreira, sobre caso concreto relativo à suposta contratação irregular de empresa pelo gestor anterior. Afirmo o atual gestor que foram firmados 14 (quatorze) instrumentos, entre contratos e termos aditivos, cujo objeto principal era a aquisição de licença de uso permanente do Sistema de Informação Previdenciária - "SISPREV" (e atualizações) e a prestação de serviços especializados de manutenção continuada e suporte técnico, totalizando o valor global de R\$ 4.059.915,03 (quatro milhões, cinquenta e nove mil, novecentos e quinze reais e três centavos). Segundo o consulente, os contratos foram firmados com fulcro na hipótese de inexigibilidade de licitação de forma indevida, uma vez que o sistema SISPREV não era o único software de gestão de regime próprio de previdência existente no mercado, de modo a caracterizar a inviabilidade do certame e justificar a contratação direta procedida. O órgão técnico, em manifestação de fls. 49/60 dos autos, constatou ainda que o contrato nº 019/2006/IPAMB foi aditado em 461,77% (quatrocentos e sessenta e um, inteiros e setenta e sete centésimos por cento), correspondente ao valor de R\$ 1.374.241,10 (um milhão, trezentos e setenta e quatro mil, duzentos e quarenta e um reais e dez centavos) e teve sua vigência prorrogada em mais 66 (sessenta e seis) meses, concluindo pela existência de vários indícios de irregularidade na contratação. Já o contrato nº 018/2011/IPAMB foi aditado em 5,12% (cinco inteiros e doze centésimos por cento), correspondente ao valor de R\$ 473.739,96 (quatrocentos e setenta e três mil, setecentos e trinta e nove reais e noventa e seis centavos) e teve sua vigência prorrogada em mais 24 (vinte e quatro) meses. Portanto, resta claro que os aditamentos do primeiro contrato em muito extrapolaram o limite de 25% (vinte e cinco por cento) estabelecido no art. 65, §1º, da Lei nº 8.666/93, o que deverá sujeitar o ordenador às responsabilizações legais, além dos indícios de irregularidades nas contratações diretas efetivadas. Preliminarmente, cumpre ressaltar que nos termos da Art. 1º, XVI, da LC nº 084/2012 c/c Art. 112, do RITCM/PA, o Tribunal só responderá ao jurisdicionado consulta realizada em tese sobre matéria de sua competência. No caso em tela, embora a consulta tenha sido realizada sobre caso concreto do IPAMB, dada a gravidade dos fatos relatados, consubstanciada pelo alto valor envolvido, quase R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), esta representação do Ministério Público afastará a inadequação do instrumento aos requisitos regimentais, passando à análise objetiva das indagações feitas: 1. Como o IPAMB deve proceder em relação a esses contratos, em especial ao Contrato nº 18/2011, que se encontra em vigor até 25/07/2013? Inicialmente, considerando que o próprio IPAMB reconhece que os serviços contratados são indispensáveis à essência do órgão, fundamentalmente na concessão dos benefícios previdenciários aos servidores públicos municipais, a solução de continuidade seria extremamente danosa tanto ao ente público quanto à população atendida, razão pela qual esta representação do Ministério Público sugere a manutenção do contrato, até a conclusão de imediato procedimento licitatório a ser realizado para regularização do serviço contratado. Concluído o certame com a contratação regular da empresa vencedora, deverá ser apurado se os valores*





204 *contratados estão de acordo com a realidade do mercado, ou apresentam indícios de superfaturamento, no*  
205 *que deverão ser adotadas medidas administrativas e judiciais para a responsabilização do gestor e da*  
206 *empresa, objetivando o ressarcimento de suposto dano ao Erário municipal. 2. Os serviços contratados vêm*  
207 *sendo prestados normalmente pela empresa, mas este ordenador de despesas não determinou nenhum*  
208 *pagamento desde que as irregularidades acima foram constatadas, no início deste exercício. Deve o IPAMB*  
209 *efetuar o pagamento pelos serviços prestados? Se o próprio órgão reconhece que os serviços vem sendo*  
210 *regularmente prestados, não há que se falar em suspensão de pagamento, ainda que a contratação tenha*  
211 *vício de origem, o que deverá gerar a responsabilização do gestor e da empresa nos termos do Art. 89 e*  
212 *seguintes da Lei nº 8.666/93, caso comprovadas as irregularidades pelo TCM/PA. Entretanto, é indispensável*  
213 *que se constate de forma clara e objetiva que os valores contratados estão realmente adequados à realidade*  
214 *do mercado, caso contrário, o poder público municipal poderá reter os pagamentos em aberto de forma a*  
215 *compensar os eventuais prejuízos sofridos decorrentes de pagamentos a maior realizados no passado. O*  
216 *procedimento administrativo preliminar do Ministério Público Estadual, foi transformado em Inquérito de nº*  
217 *000106/150-2014". O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O*  
218 *Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo arquivamento da denúncia, nos termos do voto do*  
219 *Conselheiro Relator (Acórdão nº 26.949). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por*  
220 *ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares. Com impedimento da Conselheira Mara Lúcia.*  
221 **Processo nº 201207846-00; IPAMB/PMB/Belém; Aposentadoria - Portaria nº 0474/12, de**  
222 **23.04.12; Interessada: Carmen de Fátima Ramos Ferreira; Ministério Público: Procuradora Geral -**  
223 **Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; Publicado no DOE nº**  
224 **32.900, de 08.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
225 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em**  
226 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O  
227 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 26.950). Presidência do  
228 Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo**  
229 **nº 201217954-00; IPAMB/PMB/Belém; Pensão - Portaria nº 1398/12, de 10.10.12;**  
230 **Interessado: José Ribamar da Silva; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da**  
231 **Silva; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.900, de**  
232 **08.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento  
233 dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O  
234 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**  
235 **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 26.951). Presidência do Conselheiro Sérgio  
236 Leão. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Cezar  
237 Colares. **Processo nº 201202481-00; Instituto de Previdência dos Servidores do**  
238 **Município de Curralinho; Aposentadoria - Portaria nº 001/2014; Interessada: Maria Suzana do**  
239 **Amaral; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio**  
240 **Dantas (Redistribuído do Gabinete do Conselheiro Aloísio Chaves); Publicado no DOE nº 32.900,**  
241 **de 08.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento  
242 dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O  
243 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**  
244 **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 26.952). Presidência do Conselheiro Sérgio






Leão. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201216159-00; Fundo de Previdência Municipal de São Sebastião da Boa Vista;** Pensão - Portaria nº 078/2014; Interessado: Jeoval Barbosa de Oliveira e Tayna de Lima Oliveira; Ministério Público - Procuradora Maria Regina Cunha; Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: Sérgio Dantas (Conselheiro Cezar Colares); **Publicado no DOE nº 32.900, de 08.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão**, ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 26.953). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. **Processo nº 201407900-00; Prefeitura Municipal de São Caetano de Odivelas;** Subsídio - 2014; Lei nº 134/2014; Interessado: Mauro Rodrigues Chagas; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia, com pedido de VISTA ao Conselheiro Cezar Colares na Sessão Plenária do dia 28/08/2014; **Publicado no DOE nº 32.900, de 08.06.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO VISTA**: "*manifesto-me com o mesmo entendimento da Conselheira Mara Lúcia, vale dizer, pelo Cadastramento, com ressalva, da Lei nº 134/2014, do Município de São Caetano de Odivelas, em virtude da inconstitucional exclusão da aplicação do reajuste aos subsídios dos Secretários Municipais*". A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato, com a ressalva constante no voto da Conselheira Relatora (Resolução nº 11.920). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. O Conselheiro Daniel Lavareda não votou, pois não estava presente na Sessão do dia 28/08/2015. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA:** Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. I - Sexta apreciação do Projeto de Emenda à Lei Orgânica. Em seguida, a Presidência colocou em apreciação a proposta de Resolução que dispõe sobre os procedimentos para apresentação eletrônica das prestações de contas no âmbito do TCM. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação da Resolução apresentada. O Conselheiro Sérgio Leão pediu a palavra para fazer o registro das atividades que foram desenvolvidas em Santarém, nos últimos dias, com a participação de funcionários do Tribunal, bem como ressaltar o sucesso alcançado no encontro que reuniu um número expressivo de Prefeitos, Secretários, Assessores, Contadores e Conselheiros Escolares. Em seguida, registrou, também, a participação no evento do Presidente do TCE, Conselheiro Luís Cunha, e do Relator do TCE das Contas da Educação, Conselheiro Cipriano Sabino. **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às onze horas e quinze minutos da qual foi lavrada a presente Ata.

Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em onze de junho de dois mil e quinze.

Visto:

**Robson Figueiredo do Carmo**  
Secretário Geral

  
**Conselheiro Presidente Cezar Colares**  
Presidente da Sessão

  
Conselheiro Vice Presidente **Sérgio Leão**  
Presidente da Sessão